

Cartografia da insegurança: caminhos possíveis para o desenho dos espaços públicos sob a perspectiva do gênero

Clarice Misoczky de Oliveira, Raquel Pahim e Ana Clara Menuzzi

Clarice Misoczky de OLIVEIRA é professora do PROPUR - UFRGS, doutora em Planejamento Urbano e Regional no PROPUR-UFRGS.

Raquel PAHIM é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no PROPUR-UFRGS.

Ana Clara MENUZZI é arquiteta e urbanista graduada pela UFRGS.

Resumo

Para as mulheres, o uso e apropriação do espaço urbano passa por um mapa mental do medo, a partir do qual escolhem rotas, horários e companhias para percorrer determinados trajetos. O objetivo deste artigo é identificar os elementos que constituem o mapa do medo de modo a estabelecer diretrizes de espaços públicos para o urbanismo feminista. O objeto de estudo são auditorias de segurança com mulheres realizadas em duas praças no Centro Histórico de Porto Alegre (RS). As auditorias são ferramentas que se destinam a identificar os elementos do espaço construído e de sociabilidade que interferem diretamente nas condições de uso e apropriação dos espaços públicos das mulheres. Para cada praça foram realizadas auditorias de segurança nos turnos da tarde e noite, e para espacializar os dados levantados nessas auditorias, foi incorporada a cartografia da insegurança: os resultados foram sistematizados e analisados a partir de mapas sínteses. Os resultados mostram que ambas as praças foram vistas como inseguras tanto para caminhar, como para permanecer. A percepção de insegurança relacionou-se em geral com uma sobreposição entre arborização excessiva e iluminação e uso insuficiente. Foram testadas duas formas de representação das cartografias. Uma identificada à contribuição no campo do planejamento urbano e outra mais adequada ao desenho urbano. Importante destacar que a metodologia explora não somente a busca por respostas ao problema a partir de planos e projetos, mas também, pela mudança da percepção das mulheres para potencializar usos e apropriações dos espaços.

Palavras-chave: mulheres, urbanismo feminista, gênero, espaços públicos, auditoria de segurança.

Abstract

For women, the use and appropriation of urban space happens through a mental map of fear, from which they choose routes, times and companies to travel certain routes. The aim of this paper is to identify the elements that constitute the map of fear, in order to establish design guidelines for public spaces. The object of study are safety audits with women in two squares in the Historic Centre of Porto Alegre (RS). Urban quality safety audits are tools that designed to identify the elements of built space and sociability that directly interfere in the conditions of use and appropriation of public spaces by women. Safety audits were carried out for each square in day and night shifts, and to spatialize the data collected in these audits, cartography of nsecurity was

incorporated: the results were systematized and analyzed using maps. The results show that both squares were seen as unsafe both for walking and for staying. The perception of insecurity was generally linked to an overlap between excessive afforestation and insufficient lighting and use. Two ways of representing the cartographies were tested. One identified as a contribution to the field of urban planning and the other more appropriate to urban design. It is important to highlight that the methodology explores not only the search for answers to the problem based on plans and projects, but also the change in women's perception to enhance the uses and appropriations of spaces.

Keywords: *women, feminist urban design, gender, public spaces, safety audit.*

Resumen

Para las mujeres, el uso y apropiación del espacio urbano pasa por un mapa mental del miedo, a partir del cual eligen rutas, horarios y empresas para recorrer determinadas rutas. El objetivo de este artículo es identificar los elementos que constituyen el mapa del miedo para establecer pautas de diseño de espacios públicos. El objeto de estudio son las auditorías de seguridad con mujeres realizadas en dos plazas del Centro Histórico de Porto Alegre (RS). Las auditorías son herramientas diseñadas para identificar los elementos del espacio construido y de sociabilidad que interfieren directamente con las condiciones de uso y apropiación de los espacios públicos por parte de las mujeres. Se realizaron auditorías de seguridad para cada plaza en los turnos de tarde y noche, y para espacializar los datos recolectados en estas auditorías se incorporó cartografía de inseguridad: los resultados fueron sistematizados y analizados mediante mapas resumen. Los resultados muestran que ambas plazas fueron vistas como inseguras tanto para caminar como para permanecer. La percepción de inseguridad estaba generalmente relacionada con una superposición entre una forestación e iluminación excesivas y un uso insuficiente. Se probaron dos formas de representar las cartografías. Uno identificado como un aporte al campo del urbanismo y el otro más adecuado al diseño urbano. Es importante resaltar que la metodología explora no sólo la búsqueda de respuestas al problema a partir de planes y proyectos, sino también el cambio en la percepción de las mujeres para potenciar los usos y apropiaciones de los espacios.

Palabras-clave: *mujeres, urbanismo feminista, género, espacios públicos, auditoría de seguridad.*

Introdução

Para as mulheres, o uso e apropriação do espaço urbano passa por algo compartilhado por todas: um mapa mental do medo (VALENTINE, 1989; KERN, 2020). É a partir do desenvolvimento dessa ferramenta que as mulheres escolhem rotas, horários e companhias para percorrer determinados trajetos. Tonkiss (2005) afirma que o medo das mulheres é espacializado, é com base nisso que muitas se furtam de realizar determinadas atividades.

A percepção do medo se apresenta de diferentes formas entre homens e mulheres. Para elas, o risco de assédio ou violência sexual é latente. Em um mundo

concebido para e pelos homens, elas ainda não são donas da rua. De tal forma, o sentimento de liberdade e pertencimento é abalado, mesmo nos países em que as mulheres são ditas livres para ir e vir sem a companhia de um homem.

Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é identificar os elementos que constituem o mapa do medo de modo a estabelecer diretrizes para espaços públicos em compasso com o urbanismo feminista. Faz parte a discussão sobre metodologias de gênero que envolvam a participação de mulheres na tomada de decisão em planos e projetos. O objeto de estudo são auditorias de segurança com mulheres realizadas em duas praças na região central de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

A ONU-Habitat, desde os anos 1980, desenvolve relatórios sobre a realidade mundial das mulheres e através de bancos internacionais se fornecem linhas de crédito para ONGs gerarem estudos e alternativas para o problema. Vinculada à Agenda 2030, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o ODS 5 *Igualdade de Gênero*, referente ao alcance da igualdade de gênero e do empoderamento de todas as mulheres e meninas, tratando inclusive a eliminação da violência contra elas na esfera pública e privada.

No Brasil, o Estatuto da Cidade (EC) consolida na legislação brasileira a obrigatoriedade da participação social na elaboração de planos, projetos e orçamento. No entanto, o EC não estabelece diretrizes específicas para a questão de gênero. Outra dificuldade apresentada é a dificuldade de consolidação de participação social de qualidade. Em se tratando das perspectivas de gênero e raça, as dificuldades se impõem de forma exponencial.

No ambiente acadêmico de arquitetura, urbanismo e planejamento, a questão de gênero é de recente interesse. Em 2016, o IV ENANPARQ abre sessão específica para o tema intitulada *Arquitetura, Gênero e Sexualidade*, enquanto que no ENANPUR, os primeiros artigos datam da edição de 2017. Dentre os temas tratados destacam-se: o fazer projetual e a invisibilidade histórica de mulheres arquitetas e urbanistas, a relação das mulheres nos espaços públicos e privados e a necessidade de olhar para o problema a partir de políticas públicas. Identifica-se, portanto, a lacuna de abordagens metodológicas que tragam a perspectiva de gênero para o centro da elaboração de planos e projetos urbanos.

Fazer uma discussão sobre metodologias é fundamental na construção de uma epistemologia feminista que dê conta de compreender e produzir as cidades brasileiras a partir de uma perspectiva de gênero. De tal forma, o artigo busca ampliar o debate, já avançado internacionalmente no 3º setor, sob formento da ONU, para uma reflexão no ambiente acadêmico.

Constata-se, também, a dificuldade de entrada do tema nas práticas de planejamento urbano na gestão pública brasileira. As questões de mulheres e meninas costumam estar centradas nas secretarias ou ministério da mulher, de tal forma, a presença do assunto em planos e projetos ainda é pequena. Pode-se constatar exemplos recentes, como o Plano Diretor de Recife¹ de 2022, e as atividades de capacitação sobre segurança e gênero nos espaços públicos promovidas pelo CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) em 4 cidades do Ceará. Entretanto, o *Guia de Intervenção em Espaços Públicos*², apresentado pelo CAF (2022), se restringe à indicação de atenção para tema sem a orientação de desdobramentos práticos.

¹ Para mais informações: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/>

² Guia disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2016>

O acima exposto justifica a relevância da exploração de metodologias para o incremento da perspectiva de gênero no desenho e planejamento urbano, sobretudo a partir de um olhar da realidade brasileira.

O artigo apresenta o referencial prático-teórico das auditorias de segurança e do urbanismo feminista. Logo após é apresentado o referencial teórico-metodológico e descrita a metodologia elaborada para as cartografias da insegurança, seguida dos procedimentos realizados e dos resultados obtidos. Por fim, delimitam-se as diretrizes para um urbanismo feminista, as considerações finais e os rumos futuros de pesquisa.

Auditorias de segurança e urbanismo feminista

Desde os anos 1960 diversos autores (JACOBS, 2000; LYNCH, 1995; LEFEBVRE, 2001) apontam para a importância das relações entre sociedade e espaço urbano. Nesse mesmo período Jane Jacobs (2000) identificava a necessidade dos olhos da rua e da vida em comunidade nas ruas e praças de Nova York, mobilizada principalmente por mulheres e suas famílias.

A partir da década de 1980, cresce o interesse pela questão do medo e insegurança por parte das mulheres nos espaços públicos e privados, com destaque para pesquisas nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra (ATKINS et al, 1991; BOWMAN, 1993; FISHER

e NASAR, 1992; KEANE, 1998; LOEWEN et al, 1993; PERKINS et al, 1993). Recentemente, o Coletivo Punt 6, formado na Espanha, expande a ideia de auditorias de segurança para auditorias de qualidade urbana. Ainda, no Brasil algumas ONGs trabalham com a aplicação de metodologias de gênero, como o Instituto de Caminhabilidade, por exemplo.

As primeiras auditorias de segurança para mulheres foram desenvolvidas pelo *Metropolitan Action Committee on Public Violence Against Women and Children* (METRAC), com apoio da ONU-Habitat nos anos 1980. A METRAC é uma ONG canadense. As Auditorias de Segurança foram desenvolvidas para ser uma ferramenta de mobilização da comunidade, percepção e reconhecimento das situações de insegurança. Inicialmente desenvolvidas para mulheres, a METRAC expandiu a aplicação de auditorias para os mais diversos grupos sociais vulnerabilizados (METRAC, 2002).

Os elementos do ambiente construído identificados a partir das auditorias de segurança (METRAC, 2002) são: (a) iluminação, para poder ver e ser visto; (b) sinalização, pela facilidade de se situar no espaço; (c) linhas de visão, por proporcionar ver o que está à frente e ao seu redor; (d) isolamento, áreas solitárias aumentam a sensação de insegurança; (e) locais de armadilhas, para onde se pode ser escondida pelo agressor; (f) manutenção, pelo desinteresse de uso da área; (g) acessibilidade universal, pois pessoas com deficiência fazem parte da comunidade; (h) policiamento, equipe de segurança pode ajudar a aumentar a sensação de segurança; (i) transporte coletivo pela conexão de pessoas entre os espaços; e (j) telefones públicos, como possibilidade de um canal de ajuda.

Destaca-se que em se tratando de cidades brasileiras os itens (h) e (j) encontram baixa aplicabilidade. O primeiro pelo descrédito e até mesmo medo por parte da população nas forças policiais, principalmente nas periferias. Já o segundo pela falta de telefones públicos disponíveis nas ruas.

Já o as Coletivo Punt 6, uma cooperativa de profissionais que se iniciou a partir da aprovação da Lei que regulamenta o instrumento de planejamento de bairros na Catalunha³, em 2004, e coloca como um dos princípios a equidade de gênero no uso dos espaços públicos e dos equipamentos. O Punt 6, dentre outras metodologias desenvolveu as auditorias de qualidade urbana que se referem às categorias de: (a) proximidade, pela possibilidade de realizar tarefas cotidianas em pequenos trajetos; (b) diversidade; pela mistu-

³ Ley 2/2004, de 4 de junio, de mejora de barrios, áreas urbanas y villas que requieren una atención especial. Disponível em: (<https://www.boe.es/buscar/pdf/2004/BOE-A-2004-12700-consolidado.pdf>).

ra física, social e funcional, respondendo à diferentes necessidades da vida urbana; (c) autonomia, pois as pessoas ao se sentirem seguras usufruem o espaço de maneira autônoma; (d) vitalidade, pela diversidade de pessoas que ocupam o espaço em busca de diferentes atividades; (e) representatividade, pelo reconhecimento real e simbólico da comunidade (CIO-COLETTO, SEM ANO). O Coletivo aplicou as auditorias na escala do bairro em municípios espanhóis Torelló, Manlleu, Castellgallí, Gavà e Granollers, e também em Buenos Aires.

O Instituto Caminhabilidade, antigo Sampapé!, é uma ONG que, desde 2012, discute, pesquisa e desenvolve cidades cuja prioridade seja a própria população e o ato de caminhar através das linhas de ação: formação e informação, pesquisa e consultoria, redes e eventos, projetos urbanos e advocacy e parcerias. Em 2018, o Instituto desenvolveu um projeto chamado *Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana*, que aplicou essa metodologia no bairro Santana, na capital de São Paulo. Essa auditoria foi desenvolvida considerando a sensação ao caminhar a partir de diferentes trechos selecionados com as participantes. Avaliaram-se categorias como iluminação e sinalização, por exemplo.

No que diz respeito ao campo do urbanismo, historicamente as cidades são concebidas, pensadas e executadas para e pelos homens. Lefebvre (1991) e Hayden (1977), entre outros, destacam a densificação das cidades a partir de edifícios altos associado à simbologia do *phallus*, determinando esses espaços como expressão da dominação do homem pelo capitalismo.

Além do mapa mental do medo, Vera-Gray e Kelly (2020, p. 266) apontam que as mulheres utilizam diariamente outras táticas e decisões estratégicas, *safety work*, que visam evitar assédio ou violência sexual. A cidade não necessariamente é um espaço onde os corpos passam despercebidos, em anonimato, mas podem ser justamente o foco de uma atenção indesejada (Beebeejaun, 2017). As mulheres mudam rotas para os locais, escolhem assentos no transporte público, buscam parecerem invisíveis ou até mesmo se privam do espaço público - a mensagem passada é que as mulheres precisam "ser menos - menos vocais, menos visíveis, menos livres - para estarem seguras" (Vera-Gray e Kelly, 2020, p. 266, tradução nossa).

Pensar em um urbanismo que aborde a questão das mulheres é buscar aprofundar o olhar em termos metodológicos e trabalhar no campo da diferença (SAN-

TORO, 2008). Para tanto, utilizar o gênero como uma categoria analítica básica exige uma adaptação nas metodologias de trabalho para que seja possível “reconhecer a diversidade das experiências e necessidades da população” (MUXÍ et al, 2011, p. 124, tradução nossa). O urbanismo feminista deve ser visto como uma ferramenta que explore medidas diversas para conquistar a igualdade, tanto no espaço urbano quando nas próprias residências. É fundamental que se pense nos espaços colocando a vida e as necessidades cotidianas em primeiro plano (Montaner e Muxí, 2021).

De acordo com Oliveira (2021, p. 5) se faz necessário pensar a cidade a partir de instrumentos “que situem a mulher e suas heterogeneidades interseccionais às suas necessidades de uma prática espacial cotidiana relacionada à reprodução social, ao combate do fetiche do corpo feminino e à alienação por isolamento social».

De tal forma, o urbanismo feminista deve não só identificar as necessidades específicas das mulheres, mas encontrar formas de contribuir na transformação das cidades de maneira a redefinir as relações das mulheres com o espaço urbano.

Metodologia

A abordagem é qualitativa através de pesquisa-ação participativa. Segundo Kemmis e McTaggart (2005, p. 567), a pesquisa-ação participativa é “um processo social, pois envolve as pessoas no reconhecimento da própria realidade para muda-la”.

Para este artigo foram exploradas duas propostas de auditorias cartografadas. O ponto de partida foram as metodologias empregadas por METRAC, Coletivo Punt 6 e Instituto Caminhabilidade (IC). No entanto, essas metodologias exploram majoritariamente de dados quantitativos, sem fazer o uso integrado de questionários com a espacialização dos elementos através de mapas. Apenas a auditoria do IC é aplicada com base em pontos marcados em mapa, embora também resulte em dados quantitativos (tabela de avaliação) e qualitativos (anotações da percepção das participantes). Os resultados não são espacializados, somente discutidos entre as mulheres.

Nesse sentido, a cartografia da ação social é incorporada na metodologia de auditorias de segurança. Segundo Ribeiro (2001) se trata de um instrumento de registro de práticas espaciais da vida cotidiana que

opera na valorização da experiência social. O instrumento serve para combater a hegemonia em diversas escalas.

De modo a entender a questão da insegurança das mulheres qualitativamente, foram propostas duas metodologias de coleta de dados. Ambas incorporam a dimensão cartográfica, denominadas de cartografias da insegurança e seus resultados foram sistematizados e analisados a partir de mapas sínteses, para conhecer o lugar a partir do olhar das mulheres de modo espacializado.

A metodologia 1 foi baseada em percurso pré-definido, de modo a cobrir os diferentes usos do espaço. A forma de análise a partir de mapa de calor mescla quantidade e qualidade. Para a metodologia 2 o percurso foi definido pelas participantes, aplicando um caráter exploratório da relação com o espaço. A forma de análise dos resultados enfoca na dimensão qualitativa das avaliações em relação com a morfologia do espaço. Em ambos os casos, as auditorias foram realizadas no espaço interno de praças, nos seus pontos de chegada e partida, e nos turnos da tarde e noite.

A escolha por duas metodologias distintas se relaciona ao caráter exploratório da pesquisa que busca metodologias que podem ser aplicadas tanto no campo do plano como no do projeto. O estudo não tem um caráter comparativo, pois não busca a melhor metodologia para uma determinada aplicabilidade, mas aplicabilidades distintas. O uso de critérios pré-definidos de percurso e a relação quantitativa para da metodologia 1 confere uma possibilidade de generalização do método para planos de bairros ou regiões, enquanto que a abordagem exploratória da metodologia 2 combinada com análise morfológica se alinha a casos voltados para desenho urbano.

Os espaços escolhidos como objeto de pesquisa são duas praças no Centro Histórico de Porto Alegre: a Praça do Tambor, de cerca de 2 hectares, e a Praça dos Açorianos, conjunto com 4,4 hectares. Ambas de amplo uso nos finais de semana e fins de tarde, principalmente no verão. O público predominante é o da população da região central (bairro Centro Histórico e bairros adjacentes).

O perfil populacional da região em termos de renda é o de concentração de classe média, com 6,43 salários mínimos por responsável por domicílio, segundo Censo IBGE (2010). Em termos de raça, identifica-se a presença de população preta abaixo da média do

Município. Segundo dados atualizados do Censo IBGE (2022), Porto Alegre tem representação de 73,6% para população branca, 12,6% preta e 13,4% pardos. Para a região central o dado Censo IBGE (2010) indica a presença de apenas 7,2% de população preta.

De acordo com esse perfil, o artigo foca em mulheres de classe média, em sua maioria branca. Buscou-se equiparar a porcentagem de participantes brancas com a representação média do Município, tendo um leve aumento na porcentagem de participantes pretas e pardas.

Procedimentos da Metodologia 1, aplicada na Praça do Tambor:

As auditorias foram realizadas com percurso guiado por uma das pesquisadoras e pensado preliminarmente através da definição de oito pontos de análise. Foi entregue às participantes um mapa com os pontos marcados e uma tabela com os eixos: caminhar e permanecer. No primeiro eixo, avaliou-se: a sensação de segurança, acessibilidade, arborização e iluminação. No segundo: a sensação de segurança, o uso, e a qualidade do mobiliário. O preenchimento era através de "positivo", "indiferente" e "negativo" (Figura 01a). Para a elaboração do mapa síntese foi usada a seguinte metodologia: foi atribuída a nota 10 para avaliação "positiva", a nota 5 para "indiferente", e a nota 0 para "negativa". A partir disso, para cada um dos 8 pontos, foi feita a média simples dos 7 critérios avaliados. Isso resultou em um valor numérico de avaliação de cada ponto para cada uma das participantes da auditoria. Para termos um mapa único, foi feita uma nova rodada em que se calculou a média a partir da avaliação de cada participante. Por fim, usando a representação de mapa de calor, considerou-se o valor mais baixo dentre os 8 resultantes como a cor vermelha, o mais alto como a cor azul e o valor mediano como a cor amarela, e assim foi feita a representação utilizando os softwares Adobe Illustrator e Photoshop. O software QGis também é uma opção para criação de mapas de calor. Para os pontos críticos foram gerados gráficos de modo a especificar os resultados por categoria de avaliação.

Foram realizadas duas auditorias com três participantes em cada. Ao todo, foram cinco participantes, visto que uma se repetiu. A tabela 01 apresenta resumo do perfil das participantes. Destas, três são moradoras do Centro Histórico, uma é moradora do Bom Fim (bairro também central), e uma da Zona Norte. No universo dessa auditoria as mulheres brancas re-

Participantes da auditoria diurna			Participantes da auditoria noturna		
Idade	Raça	Profissão	Idade	Raça	Profissão
32	Branca	Bacharela em Direito	27	Preta	Arquiteta e Urbanista
26	Branca	Arquiteta e Urbanista	28	Preta	Fisioterapeuta
26	Parda	Analista Jurídica	32	Branca	Bacharela em Direito

Tabela 1
 Resumo do perfil das participantes das auditorias na Praça do Tambor
 Fonte: Elaboração nossa, 2023 e 2021.

presentaram 66,7% das participantes, enquanto que pretas e pardas 33,3%. Cabe destacar que nenhuma delas exerce o trabalho do cuidado vinculado à maternidade. A primeira auditoria, diurna, ocorreu no dia 27/08/2023, das 17h às 17h50 e a segunda, noturna, no dia 19/03/2024, das 19h20 às 20h.

Procedimentos da Metodologia 2, aplicada na Praça Açorianos:

A auditoria foi realizada a partir da determinação da área total a ser explorada, ou seja, o percurso na área era de livre escolha das participantes. As participantes recebiam documentos orientativos e produziam mapas com o uso de adesivos (Figura 01b). Os temas de avaliação foram: (a) locais de insegurança; (b) acessibilidade; (c) uso e apropriação; (d) arborização; (e)



Figura 1
 Material aplicado durante a auditoria. (a) Praça do Tambor; (b) Praça Açorianos
 Fonte: Elaboração nossa, 2023 e 2021.

iluminação; (f) pontos de referência. O mapa síntese foi criado a partir da representação da sobreposição de pontos em comuns em manchas, que dialogavam com o descrito nas fichas e também com a morfologia do ambiente natural e construído. Por exemplo, a combinação dos pontos marcados para má arborização foram delimitados como uma zona no mapa a partir da leitura da delimitação no espaço do tipo de vegetação mencionado pelas participantes.

Foram realizadas quatro auditorias com duas participantes cada. Das oito participantes, três moravam em bairros centrais da cidade (Bom Fim, Cidade Baixa), três no Menino Deus, uma na Auxiliadora e uma na Lomba do Pínheiro. Esta auditoria foi iniciada no período de pandemia e, depois do período de isolamento social encerrado, foram complementadas. No universo dessa auditoria as mulheres brancas representaram 75% das participantes, enquanto que pretas e pardas 25%. Cabe destacar que 2 exercem o trabalho do cuidado vinculado à maternidade. As auditorias ocorreram nos seguintes momentos: auditoria 01 em 31/01/2021, das 16h às 18h; auditoria 02 em 04/02/2021, das 19h às 21h; auditoria 03 em 05/02/2021 das 16h às 18h; auditoria 04 em 27/03/2024 das 21h às 22h.

Participantes da auditoria diurna			Participantes da auditoria noturna		
Idade	Raça	Profissão	Idade	Raça	Profissão
26-35	Branca	Professora	36-45	Branca	Empreendedora
36-45	Branca	Engenheira Civil	36-45	Branca	Esteticista e empreendedora
36-45	Branca	Historiadora e fotógrafa	46-55	Negra	Engenheira Química
56-65	Branca	Aposentada	46-55	Negra	Farmacêutica

Tabela 2
 Resumo do perfil das participantes das auditorias na Praça Açorianos
 Fonte: Elaboração nossa, 2023 e 2021.

Cartografia da insegurança: Praça do Tambor

Com os pontos de análise previamente definidos, os diferentes grupos fizeram as escolhas de seus percursos (Figura 02a). O da auditoria noturna foi diferente da diurna, pois algumas áreas da praça estavam completamente escuras, inviabilizando a caminhada devido à insegurança.

No momento da auditoria diurna, havia a presença de pessoas no parquinho infantil e próximo ao monumen-

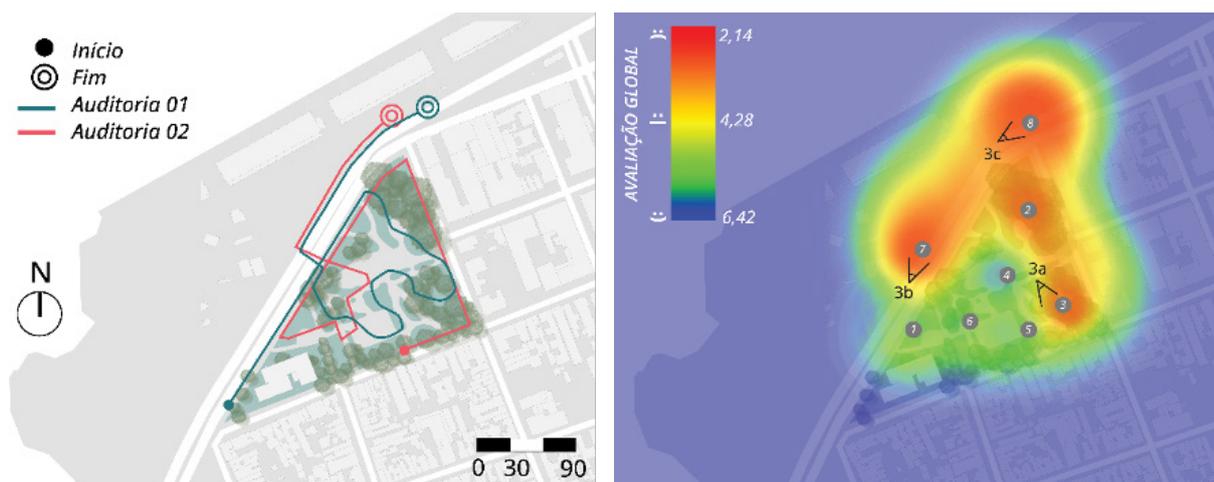


Figura 2
Mapas síntese - Praça Tambor (a) percursos; (b) mapa de calor
Fonte: Elaboração nossa, 2024

to central da praça. Já na noturna, poucas pessoas caminhavam em uma das faces da praça (face sul, Rua dos Andradas), mas ninguém passava pelo interior. As participantes da atividade não fizeram observações sobre o uso ou deslocamento de outros usuários no local, somente ao perceber pessoas em situação de rua que haviam se estabelecido próximo ao ponto 2.

Ao analisar o mapa de calor (Figura 02b) com a síntese dos resultados de ambas auditorias é possível perceber que nenhum dos pontos analisados foi visto como totalmente seguro. Durante o dia, a sensação de insegurança se dá, principalmente, devido às barreiras visuais geradas pelas árvores e lugares sem uso específico. Os locais mais seguros são os que concentram algum uso específico como museu, parque infantil, cachorródromo e quadra de esportes.

Durante a noite, apenas três pontos foram vistos como seguros para deslocamento, sendo dois desses associados aos monumentos, uma vez que a iluminação pública presente é principalmente voltada a esses elementos. Durante a noite, nenhum dos locais da praça foi visto como seguro para permanecer. A figura 03 apresenta três dos quatro pontos da área com pior nota global.

A partir do mapa de calor identifica-se os lugares mais inseguros na praça e suas imediações. Os pontos 2 e 3 se referem a locais internos da praça, enquanto que o 7 e 8 a locais de acesso à praça.

Em relação aos pontos 2 e 3 (Figura 04a) os piores indicadores foram os de iluminação, uso e oferta ou condições de mobiliário urbano. Cabe destacar que

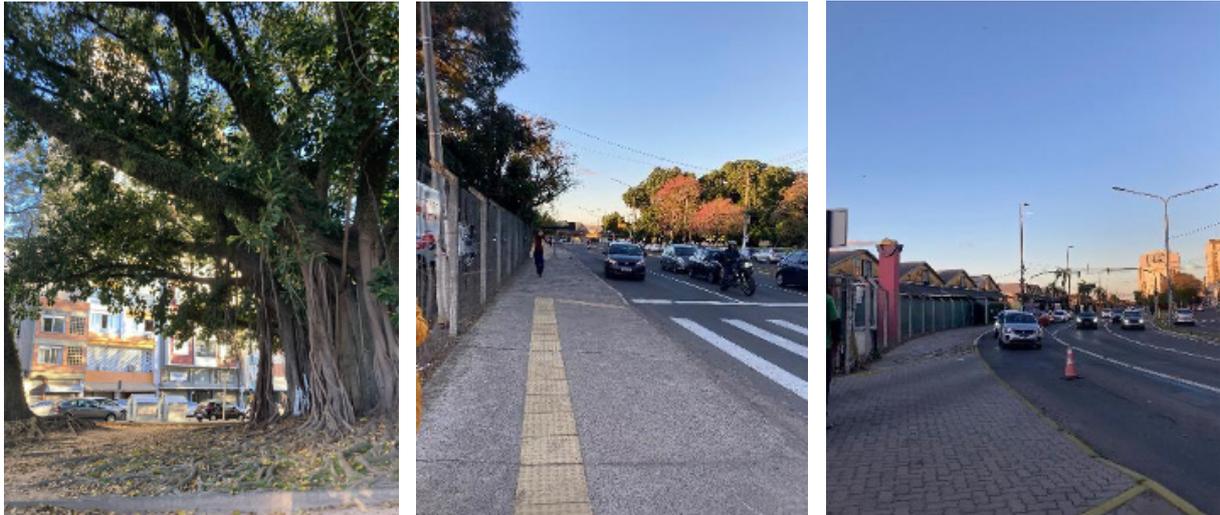


Figura 3
 (a) próxima ao ponto 3, (b) ponto 7 e (c) ponto 8. Fonte: Elaboração nossa, 2023

embora no ponto 2 haja oferta diversificada de uso (praça infantil e ginástica) e arborização que garante sombra durante o dia, percebeu-se também que a compacidade da arborização e a falta de fachadas ativas nesta parte contribuem para a forte sensação de insegurança, principalmente à noite.

Em relação aos pontos 7 e 8 (Figura 04b) destaca-se a ausência de mobiliário, uso e arborização. Apesar de bem iluminados, os locais foram vistos como bastante inseguros, pela falta de transeuntes e fachadas ativas. Neste local há apenas o muro do Cais do Porto e entrada gradeada para o Cais Embarcadero (área de bares do outro lado do muro).



Figura 4
 Gráficos com as notas atribuídas em cada elemento de análise nos pontos (a) 2 e 3, e (b) 7 e 8. Fonte: Elaboração nossa, 2024

Cartografia da insegurança: Praça dos Açorianos

Os percursos das quatro auditorias foram de acordo com o ilustrado na Figura 05a. Percebe-se que nos percursos realizados durante a noite evita-se passar

pela área do monumento e cachorródromo, com a preferência de passar por cima do viaduto para acessar o outro lado da praça.

Assim como na auditoria anterior, monumentos e prédios públicos foram destacados como pontos de referência. As participantes foram instruídas a levantar, entre outros dados, impressões em relação a uso e apropriação dos espaços públicos, ficando atentas à presença de outras pessoas. Notou-se que as impressões positivas estavam ligadas à parte reformada da Praça dos Açorianos, indicando que essa é a parte com maior movimento, diversidade de usos e oferta de iluminação e acessibilidade. Na Figura 05a é possível perceber que esta é a área com menos locais de medo, traçando uma relação clara entre a presença de pessoas e a sensação de segurança. Apesar do novo projeto, muitas das participantes ainda consideraram insuficientes as travessias entre os dois lados da Praça. A possibilidade de travessia é importante não apenas do ponto de vista da segurança viária e conexão entre os dois lados da praça, mas como possibilidade de rota de fuga em caso de sensação de insegurança. A Figura 05b mostra, também, a sobreposição de áreas de arborização densa sobrepostas à sensação

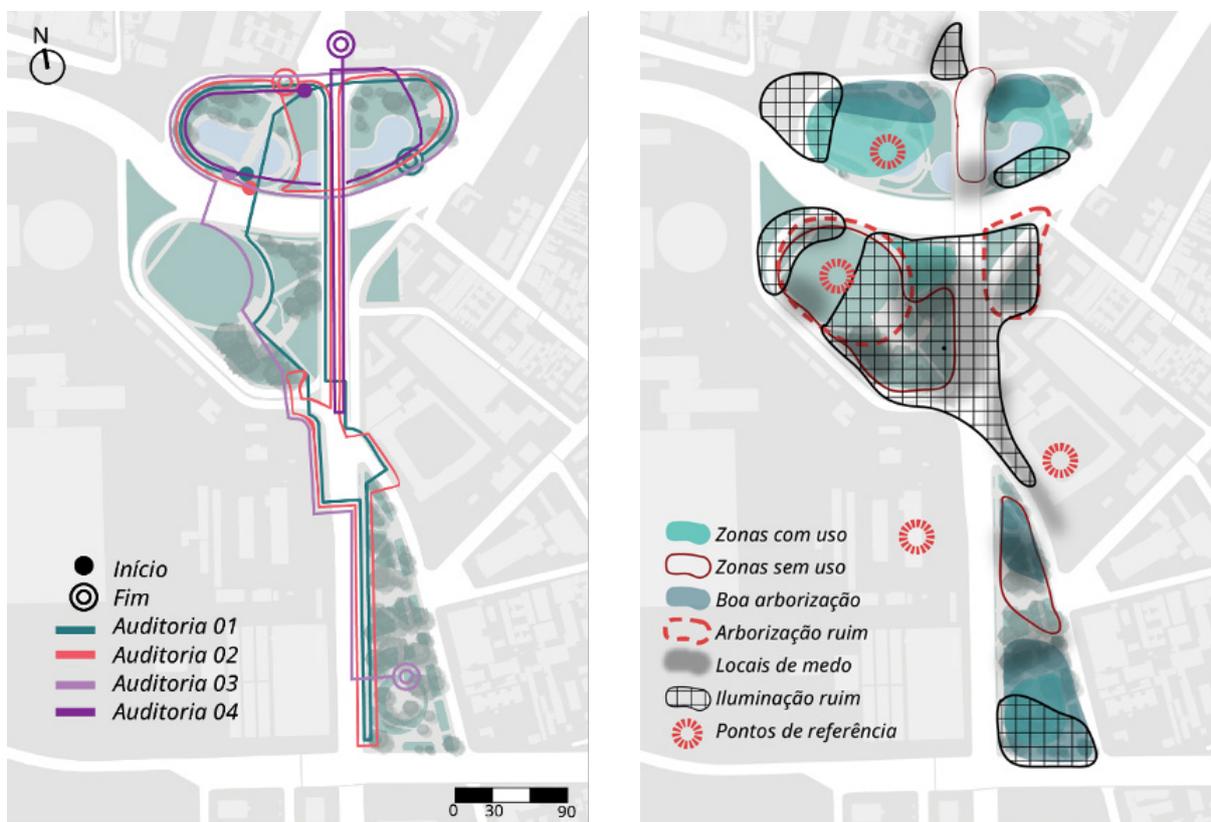


Figura 5
Mapas síntese - Praça Açorianos (a) percursos; (b) resultado da auditoria
Fonte: Elaboração nossa, 2024



Figura 6
(a) Fundação Pão dos Pobres; (b) zona do baixio do viaduto na Praça dos Açorianos; (c) vista de cima do viaduto dos Açorianos. Fonte: Elaboração nossa, 2021

de medo e iluminação ruim. Em alguns locais se sobrepõe a indicação da falta de uso. Apesar de algumas auditorias terem sido realizada no período de isolamento social pela Covid-19, constatou-se a presença de usuários, uma vez que, com os devidos cuidados, praças amplas e parques configuraram um lugar possível de ocupação para além da moradia.

Na auditoria noturna, foi considerada extremamente precária a iluminação do cachorródromo, gerando sensação de insegurança nas participantes. Nesse mesmo tema, percursos que passam por uma via murada indicaram sensações de medo ligadas (Figura 06a). O baixio do viaduto e/ou ao seu entorno imediato é também identificado como ponto crítico de insegurança (Figuras 06b e 06c) dentre as principais razões a falta de iluminação e o sentimento de poder ser levada para um lugar longe dos que ali passam.

Diretrizes para um urbanismo feminista

Destacam-se aqui algumas considerações sobre os elementos avaliados no espaço de praças, tais sendo: acessibilidade, uso e apropriação, arborização, iluminação e pontos de referência (monumentos e/ou edificações).

A acessibilidade foi indicada como elemento importante que permita o livre transitar entre os espaços, operando inclusive como rota de fuga. Percursos com acessibilidade universal são importantes não somente para pessoas com capacidades motoras e visuais reduzidas, mas também, para acesso de cuidadores com carrinhos de bebê aos locais.

A oferta e diversidade de uso foi destacada como relevante para a apropriação do espaço. Foi percebido tanto a necessidade das fachadas ativas em oposição

aos muros (compreendidos como lugares de medo), quanto a relevância de espaços com oferta de mobiliário urbano e infraestrutura para a realização de atividades. A diversidade de público também interfere na sensação de segurança.

A arborização figura como elemento controverso. Ela é importante para oferecer sombra em dias de sol, mas quando utilizada em grandes maciços configura uma barreira e conseqüente sensação de insegurança. Além de ser usualmente um lugar escuro, forma um lugar de refúgio que pode ser aproveitado pelo abusador.

A iluminação foi destacada como o elemento principal. Não ter a sensação de ver e ser visto se mostrou como fundamental na sensação de segurança. Estratégias de iluminação que dialoguem com a arborização a fim de evitar zonas de sombra se mostrou fundamental.

Por fim, os pontos de referência operam como fator positivo na localização do espaço, principalmente por estarem sempre bem iluminados.

Considerações finais

Foram exploradas duas metodologias para a produção de cartografias da insegurança. A pesquisa de caráter exploratório abordou diferentes formas de coleta e análise de dados, de modo a possibilitar diversidade de aplicabilidade, uma para planos e outra para projetos. Apesar disso, ambas auditorias confirmam elementos em comum que causam insegurança nas mulheres, como a pouca iluminação, o tipo de vegetação, a presença de barreiras e conseqüente ausência de rota de fuga. Esses e outros elementos foram os elencados na formulação de diretrizes para um urbanismo feminista.

A metodologia 1 aplicada na Praça do Tambor indicou uma leitura mais global do espaço com potencial de replicabilidade, se confirmando adequada para uso no planejamento urbano. Já a partir da metodologia 2, empregada na Praça dos Açorianos, foi possível identificar de forma mais detalhada os elementos que constituem o espaço e interferem na sensação de segurança. O mapa síntese se mostrou uma ferramenta interessante para o desenho urbano, na passagem da leitura para a etapa de projeto, por explorar a sobreposição de todos os elementos de forma mais precisa no espaço. Seja qual for a escala de aplicabilidade, o

estudo revelou a importância e a potencialidade da participação social na leitura dos lugares.

Em termos de procedimentos metodológicos, o período da pandemia impôs cuidados específicos para a realização das auditorias. Houve o cuidado de seleção de mulheres que não tinham comorbidades e que não precisavam de transporte público para chegar ao local. As auditorias foram realizadas com o uso de máscara e afastamento entre as participantes durante a caminhada. O período de coleta foi interrompido pela determinação de *lockdown*. Apesar da pandemia, as auditorias realizadas não tiveram seus resultados prejudicados devido à presença de usuários nas praças. Cabe destacar que a escolha das participantes se deu por realização de questionário e a quantidade de mulheres interessadas foi surpreendente para o período em questão, o que demonstrou o reconhecimento da importância do tema da pesquisa.

Nesse sentido, destaca-se que as cartografias da insegurança têm o potencial de transformar a hegemonia do uso e da liberdade nos espaços públicos por parte dos homens. O ato de colocar em mapa as necessidades das mulheres perante a insegurança é uma ferramenta fundamental para a transformação desses espaços no âmbito projetual e social. A potencialidade se dá, não apenas pelo conhecimento adquirido do que deve ser modificado, mas também por colocar as mulheres como sujeitas na ação a partir da mudança do olhar para o espaço que elas mesmas podem transformar, ou seja, pela efetivação do direito à cidade.

Por fim, indica-se os caminhos futuros da pesquisa. Em termos teóricos-metodológicos propõe-se a abrangência do estudo para as questões do trabalho do cuidado e dos efeitos da presença de espaços de consumo nas praças, uma realidade cada vez mais presente nos espaços públicos em Porto Alegre e outras capitais brasileiras. Em termos de procedimentos metodológicos, a incorporação de entrevistas biográficas para conhecer melhor a história de vida das mulheres que participam das auditorias, qualificando a compreensão de quais fatores sociais-culturais interferem nas suas percepções de segurança.

Referências

- ATKINS, S., HUSAIN, S., STOREY, A. The influence of street lighting on crime and fear of crime. *Crime Prevention Unit Paper*, London, 1991. n.28.
- BEEBEEJAUN, Y. Gender, urban space, and the right to everyday life. *Journal Of Urban Affairs*, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 323-334, 23 dez. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/07352166.2016.1255526>.
- BOWMAN, C. Street harassment and the informal ghettoization of women. *Cornell Law Faculty Publications*. Cornell Law School, 1993.
- CIOCOLETTO, A. *Espacios para la vida cotidiana: auditoría de calidad urbana con perspectiva de Género*. Colletiu Pun 6, SEM ANO. Disponível em: (https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Espacios-para-la-vida-cotidiana_ES.pdf), acesso em 20 fev. 2024.
- FISHER, B., NASAR, J. Fear of crime in relation to three exterior site features: prospect, refuge and escape. *Environment and Behavior*, SAGE, 1992.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KEANE, C. Evaluating the influence of fear of crime as an environmental mobility restrictor on women's routine activities. *Environment and Behavior*. vol.30, n.1. SAGE, 1998.
- KEMMIS, Stephen; McTAGGAT, Robin. Participatory Action Research: Communicative Action and the Public Sphere. In: DENZIN, Norman. LINCOLN, Yvonnas. *The Sage Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 2005.
- KERN, L. *Feminist City: claming space in a man-made world*. London e New York, 2020.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LOEWEN, L., STEEL, G. D., SUEDFELD, P. Perceived safety from crime in the urban environment. *Journal of Environmental Psychology*. University of British Columbia, Canada, 1993.
- METRAC's Safety Audit Resource Kit*. METRAC, 2002. Disponível em: (https://metrac.org/content/user_files/2023/10/METRAC-Safety-Audit-Resource-Kit.pdf), acesso em 13 mar 2024.
- MONTANER, J; MUXI, Z. Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.
- MUXÍ, Z et al. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?. *Feminismo/s*, [S. l.], n. 17, p. 105-129, 2011. Disponível em: <https://feminismos.ua.es/article/view/2011-n-17-que-aporta-la-perspectiva-de-genero-al-urbanismo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. Contribuições de Henri Lefebvre para repensar e produzir a cidade sob uma perspectiva de gênero. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 12, 2021, Florianópolis. Anais eletrônicos.

PERKINS, D., ABRAHAM, R., TAYLOR, R. The physical environment of street crime: defensible space, territoriality and incivilities. *Journal of Environmental Psychology*, n.13, p.29-49. Academic Press, 1993.

RIBEIRO, AC et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*. v. 15, n. 2 e Ano XVI, N.1, 2001-02.

SAMPAPÉ!. *Mulheres Caminhantes: Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana*. [S.I.]: Publicado Online, 2018. 101 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325260613_Analises_Resultados_e_Recomendacoes_Mulheres_Caminhantes_Auditoria_de_Seguranca_de_Genero_e_Caminhabilidade_Terminal_Santana. Acesso em: 17 ago. 2023.

SANTORO, P. *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008.

TONKISS, F. *Space, the City and Social Theory: Social Relations and Urban Forms*. Polity Press, Cambridge: 2006

VALENTINE, G. The geography of women's fear. *Area*, 21, 1989, pgs 385-390.

VERA-GRAY, F; KELLY, L. Contested gendered space: public sexual harassment and women's safety work. *International Journal Of Comparative And Applied Criminal Justice*, [S.L.], v. 44, n. 4, p. 265-275, 15 mar. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01924036.2020.1732435>.